

Curso: Lei Geral de Proteção de Dados Aplicada às Relações de Trabalho

Conteúdo Programático:

Noção Geral da LGPD

- Direitos fundamentais nas relações de trabalho: intimidade, privacidade e autodeterminação informativa.
- A proteção de dados no ordenamento jurídico brasileiro até a edição da Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Fatores que impulsionaram a edição da LGPD.
- A importância da proteção de dados nas relações sociais atuais e as razões pelas quais as empresas devem se adaptar à LGPD.
- Objeto de regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados.
- Alcance Lei Geral de Proteção de Dados.
- Princípios gerais da proteção de dados.
- Conceitos básicos para compreensão do tema.
- Os Agentes de Tratamento.

Aplicação da LGPD aos contratos de trabalho – Parte I

- Hipóteses legais que autorizam o tratamento de dados não sensíveis no contexto laboral. Hipóteses legais que autorizam o tratamento de dados sensíveis no contexto laboral.
- O problema do consentimento do contrato de emprego.
- Direitos do empregado titular dos dados.
- Contextualização da aplicação da LGPD nas rotinas laborais nos períodos pré-contratuais, contratuais e pós-contratuais.
- Cautelas procedimentais nas entrevistas de seleção. Background Checks: certidão de antecedentes criminais, consulta de crédito e pedidos de referência e bons antecedentes funcionais. Testes de gravidez e esterilização. Acesso ao patrimônio genético do trabalhador e o darwinismo laboral. Perguntas sobre dados sensíveis: convicção religiosa, opinião política, filiação sindical ou a organizações de caráter religioso, filosófico ou político, dados relacionados à saúde ou à vida sexual e outros. A proteção

de dados dos candidatos não selecionados para contratação. Atestados de Saúde Ocupacional – ASO admissional.

Aplicação da LGPD aos contratos de trabalho – Parte II

- Coleta de dados comumente exigidos para a contratação: fotografia número do CPF, PIS, CTPS, filiação sindical e outros. Recursos e dados biométricos: impressão digital, geometria da mão, reconhecimento facial, leitura biométrica de íris e retina.
- Controle da vida extralaboral do empregado. Monitoramento das redes sociais. Monitoramento do correio eletrônico, chamadas telefônicas e internet.
- Controle do trabalhador via sistema de geolocalização. Video vigilância e vigilância sonora. Atestados médicos. Testes antidoping e polígrafo.
- Testes de gravidez. Doenças de notificação obrigatória, HIV e outras .
- Pedidos de referência e bons antecedentes funcionais. Armazenamento de dados do ex-trabalhador.
- Tratamento de dados de trabalhadores falecidos.

Hipóteses Especiais e o Término do Tratamento

- Compartilhamento de dados entre controladores (compartilhamento entre empresas do mesmo grupo econômico; com empresas terceirizadas; com entidades sindicais; com escritórios de contabilidade e de advocacia.
- Casos especiais de proteção: Empregado “hipersuficiente”. Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescente.
- Tratamento de Dados e Empresas Multinacionais: a transferência internacional de dados.
- Término do Tratamento de Dados.
- Direito ao esquecimento e o direito de não saber.
- Proteção de Dados no Processo do Trabalho. Dados das partes e dados de terceiros. Documentos transcritos ou anexados às petições. Ata de audiência e dados das testemunhas. Poderes inquisitivos do magistrado e proteção de dados.

Aplicação da LGPD ao Processo do Trabalho

- Proteção de Dados no Processo do Trabalho.
- Dados das partes e dados de terceiros.
- Documentos transcritos ou anexados às petições.
- Ata de audiência e dados das testemunhas.
- Poderes inquisitivos do magistrado e proteção de dados.